



Anais da Assembléia

N.º 39

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 54.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1977.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Dácio Leonel e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, José Domingos Scarpelini e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª discussão - do Projeto de Lei n.º 50/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o RIO IGUAÇU, ligando os municípios de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES e CAPANEMA. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., e FAVORÁVEL da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 50/76.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 55.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secre-

tariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, a inclusão em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Vereador HENRIQUE GUELERE, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Solicita-se, também que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada, à Câmara Municipal e ao Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1977.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

O Vereador HENRIQUE GUELERE, falecido em data de ontem em nossa Capital, deixa uma grande lacuna na vida político-administrativa do município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, consternando toda aquela população.

Associamo-nos às manifestações de pesar da comunidade.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

Na forma regimental, requiero, à douta Mesa, ouvido o Plenário, que se consigne nos Anais desta Casa, através da ata dos trabalhos da presente sessão, voto de regozijo e congratulações à Federação das Entidades Árabe-Brasileiras do Paraná, Consulado da República Árabe Síria e Clube Sírio-Libanês, desta Capital, pela realização, no dia 20 do corrente mês, nos salões deste clube, da 1.ª MAZA ÁRABE, festividade que teve

como objetivos a comemoração da Data Nacional da República Árabe Síria, a homenagem aos 60 anos de existência do Clube Sírio-Libanês e a realização de mostra inédita de uma festa típica árabe.

Nessa oportunidade, verificou-se a primeira audição oficial do coro de alunos do Curso de Árabe, mantido pela FEARAB-PR, que se compõe de jovens que estudam o idioma árabe, dos quais 40 por cento não possuem essa origem; a apresentação de instrumentos típicos, que foram solados para que se pudessem conhecer as diversas nuances da música árabe, e, finalmente, a apresentação de um festejado cantor, interpretando músicas alegres. A expressiva assistência presente à festividade, caracterizou, de maneira significativa, o apreço e carinho da sociedade curitibana ao tradicional Clube-Sírio-Libanês, que completara seus 60 anos de existência, no dia 4 de fevereiro p. passado.

Prestigiando o acontecimento, estiveram presentes autoridades estaduais, corpo consular, presidentes de clubes os mais tradicionais de Curitiba, e presidentes das entidades filiais à FEARAB-PR (Federação das Entidades Árabe-Brasileiras do Paraná).

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, que sejam dirigidas mensagens consubstanciando o júbilo desta Casa, aos Exmos. Srs. Zake Sabbag Filho, presidente da Federação das Entidades Árabes-Brasileiras do Paraná; Cônsul da República Árabe Síria, e Dr. Kamal David Curi, presidente do Clube Sírio-Libanês, enviando-se-lhes, ainda, cópia deste requerimento.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1977.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o encaminhamento de apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar gestões ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes, visando o encontro de solução satisfatória que favoreça a formação superior de mais de uma dezena de jovens, contratados pelo regime da C.L.T. e que prestam serviços à administração do Porto de Paranaguá.

Tais jovens, pela inexistência de cursos no litoral paranaense, são obrigados a uma deslocação diária a Curitiba, para frequência a faculdades de ensino, retornando a Paranaguá após as aulas, diante da obrigação de comparecimento ao emprego, no dia seguinte.

Além do sacrifício e dos riscos a que se submetem, demonstradores de uma força de vontade merecedora de elogios, estão arcando com despesas vultuosas.

Quando as autoridades conclamam a juventude a estudar, a fim de que sejam formados mais técnicos para o Brasil, há necessidade que o Governo do Estado ampare tais jovens, quer com o fornecimento de bolsas de estudos, ou através do aproveitamento de seus serviços na Capital, mediante termo de compromisso de, após formados, permanecerem prestando serviços à administração pública, dentro da especialização obtida, por um período compensador ao amparo oferecido às suas formações superiores.

Acreditar na juventude, ajudando-a, é capitalizar para a pátria um futuro de tecnologia, capacitando o Brasil e destacando-se o Paraná como o Estado incentivador de profissionalizações.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1977.

(a) NELSON BUFFARA.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno

no Expediente, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas lerei desta tribuna o artigo denominado "Confidencial", publicado na "Folha de São Paulo", página 3, do dia 21/04/77, que diz o seguinte: "Pausa para comercial: "Arena S.A., Consultoria e Representações, entidade com 11 anos de experiência em propaganda, relações públicas e representação legal de importante estabelecimento, está selecionando executivos e legislativos para ocuparem altas posições recentemente abertas em seus quadros.

Não exigimos experiência anterior e nem atestado de bons antecedentes, mas os candidatos deverão possuir fluência verbal, formação escolar mínima de nível móbrense, folha corrida dos órgãos de segurança e ampla flexibilidade vertebral.

O domínio do inglês não é indispensável, mas poderá ser fator de preferência em igualdade de condições.

Remuneração de alto nível, mais direitos de mordomia que poderão incluir moradia, viagens e informações exclusivas para orientação de negócios paralelos no plano particular.

Todos os cargos darão acesso a promoções indiretas daqueles que tiverem ambição maior que o sentimento de vergonha".

Sem comentários.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há muito tempo atrás eu tive oportunidade de ler um livro de autor americano, cujo nome, no momento, não me recordo, que tinha o título de "Maldito fim de semana".

Tratava-se de um romance, no qual era narrada a história trágica, povoada de muitas mortes, num fim de semana de um bairro de Nova York.

Na ocasião da leitura, não me passava pela cabeça, que no futuro talvez eu ficasse na mesma situação de um dos personagens do aludido livro, que o encerrava com uma declaração seca, de que aquele, tinha sido um maldito fim de semana.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este último fim de semana, não posso de forma alguma classificá-lo como um dos mais felizes que já tive oportunidade de viver.

Ao contrário. Não chego todavia a chamá-lo de maldito, porque não posso de forma alguma blasfemar.

Este final de semana a partir da sexta-feira, como toda sexta-feira, teria que ser trágica, ainda não conseguira absorver o impacto decorrente do falecimento de membro de minha família, quando recebo notícia de que em circunstâncias trágicas, morrera alguém que se não era meu familiar, a nossa convivência íntima, e a admiração que tinha por ele, fazia com que naquele instante, eu me sentisse com a alma redobradamente em frangalhos.

Eu sei que, desta tribuna, não se deve valer nenhum de nós para lamentar-se.

Não é aqui o muro das lamentações; ainda que o Parlamento de hoje, seja só um foro de lamentações.

Lamentações de nós próprios que vemos à cada dia que passa, a morte da instituição parlamentar.

O que eu quero proclamar no início desta nova semana, é o pesar, o luto que estou vivendo, porque o nosso Estado perdeu um grande homem.

E não o perdeu numa circunstância peculiarmente excepcional, porque excepcional é a morte.

Mais do que isso, o seu desaparecimento é fruto, por incrível que possa parecer, do retrocesso político, a que se vê submetido o nosso País.

Em plena época de grandes conquistas tecnológicas e ou que tem sido preocupação dominante, a questão dos

direitos humanos, nesta Curitiba tão cheia de vida e de rua de flores, nós vemos tombar um homem covardemente assassinado, sem que se lhe pudesse oferecer a mínima possibilidade de defender-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, morreu José Piolli.

Seriam apenas um nome e um sobrenome, não fosse ele um homem ímpar, uma pessoa que dedicou desde os primórdios de sua existência todo o seu valor pessoal, às causas mais dignas que sempre abraçou, durante toda a vida; vida útil à sociedade paranaense e à sociedade brasileira.

São homens como ele que moldam, que formam, que dão conteúdo ao caráter do paranaense e, sobretudo àquilo que é mais peculiar em cada um que nasce e vive no Paraná; a coragem e o acendrado amor a seu Estado.

Ocorrida em circunstâncias trágicas, a morte de José Piolli, deve merecer, principalmente pelo exemplo que deixou em vida, o mais sentido pesar, por parte desta Assembléia Legislativa.

Pode-se dizer, sem medo de errar que, José Piolli, não foi, mas continua sendo, um exemplo permanente que deve ser seguido por todos quantos pensem um dia em assumir responsabilidades perante a comunidade.

Mais do que ninguém, ele fez por Rio Branco do Sul, o mesmo que um pai faz para um filho: em outras palavras, a sua vida, na iniciativa privada ou como político, foi inteiramente dedicada a Rio Branco do Sul, principalmente aos homens que no anonimato do sertão, trabalhavam incansavelmente pelo progresso do município.

Ao contrário de muitos, o seu fulgurante sucesso como líder político e como empresário, não mudou-lhe a idéia, nem tampouco, tocou-lhe a alma.

Continuou sendo, e assim continuaria não fosse o ato bestial que lhe tirou a vida, o mesmo homem simples, afável, honesto e sobretudo, preocupado com os problemas dos menos afortunados.

Perdeu Rio Branco do Sul, perdeu o Paraná, e também perdeu cada um que com ele teve a felicidade de conviver, um homem na mais verdadeira acepção da palavra.

É triste, tendo em vista o deserto de homens em que se encontra hoje a Nação Brasileira, desaparecer numa miragem trágica, o oásis que era José Piolli, o Juca Piolli.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu requeiro à Casa "que se proceda a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do industrial José Piolli, como homenagem póstuma a um grande brasileiro que deixou de existir".

Era só, Sr. Presidente.— (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no Pequeno Expediente de hoje, para apresentar requerimento que considero, se aprovado, de grande interesse para a divulgação do bom nome desta Casa e, acima de tudo, para conhecimento dos trabalhos que desenvolvem os Senhores Deputados representantes de todas as regiões do Paraná, aqui nesta Assembléia Legislativa.

Meu requerimento, Sr. Presidente, está redigido nos seguintes termos: (LÊ)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e, tendo em vista a não divulgação do "Diário da Assembléia", devido a sua tiragem ser a mínima impressa para cada sessão legislativa, considerando ainda que, por fatos naturais e característicos de falta de mais interesse da imprensa em dar divulgação aos trabalhos deste

Poder, fica o povo sem ter conhecimento sobre os trabalhos desenvolvidos pelos seus representantes.

Requer, seja submetido à apreciação do Plenário, o seguinte requerimento:

a):— Autorizar a Comissão Executiva deste Poder a ampliar para dezessete mil exemplares o "DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA", e, distribuir de cada edição, para cada Deputado, 300 exemplares, para que os mesmos façam chegar às suas bases eleitorais e representativas.

b):— Que, o procedimento aludido na letra (a) seja efetuado em tempo não superior a 72 horas da sessão plenária correspondente.

c):— Que as despesas correspondentes sejam levadas a encargo diversos para a aplicação da receita destinada as despesas com o poder legislativo.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia, sob hipótese alguma, a representação legislativa de um Estado como este, pela sua extensão geográfica, seu aspecto econômico, suas regiões produtoras e sobretudo, sobre o fato dos inúmeros problemas que surgem e carecem de resoluções legislativas, continuarem desconhecidos os trabalhos deste Poder.

O Estado tem o seu órgão de divulgação na área executiva com extensa circulação, quer através das colunas dos jornais como matéria paga, quer através do Diário Oficial com destaque executivo, enquanto o Poder Legislativo fica desresvestido de quaisquer meios ou recursos de propagação de sua atividade, ficando por assim dizer, devedor ao povo e ao Estado que representa, da prestação de contas sobre a atividade parlamentar de cada Deputado.

Aqui, se aciona um dispositivo ou mecanismo de trabalho dos mais importantes para registrar a atividade de cada sessão plenária; Taquígrafas, Jornalistas, transmissão de TV, em circuito fechado, serviço de som e gravação de fitas-documentário.

Apesar desse cuidado necessário, o qual poderia se qualificar de verdadeiro aparato, as bases eleitorais e de representação dos Senhores Deputados com assento neste Poder, que tem em seu povo as esperanças voltadas aos seus trabalhos parlamentares, dificilmente, têm conhecimento do que esses representantes aqui desenvolvem e quase sempre com o sacrifício penoso da contestação.

As empresas jornalísticas, como organismo de atividade financeira, por ordem natural, não poderia ocupar seus espaços graciosamente para noticiar os trabalhos do Poder Legislativo, sob pena dos prejuízos de ordem econômica que fatalmente ocorreria, ela cumpre o seu papel, destacando as notícias palpitantes e nos termos evidentemente jornalísticos, ocorrendo aí o fato de podermos situar nas condições de pregadores do deserto.

O receio, a censura e até o amedrontamento imposto pelo poder fez com que, nestes últimos anos o trabalho de relevante importância no sistema de divulgação dos noticiosos das emissoras de rádio, principalmente, nas emissoras do interior, fossem reservados para esquema de interesse exclusivo do poder central e levado a público revestido de censura de órgãos administrativos do Governo.

Não acredito sob qualquer justificativa que possa se formalizar, que exista neste Plenário, algum Parlamentar, que não viva permanentemente preocupado com os problemas da região que representa, por isso mesmo, todos, desenvolvem trabalhos constantes em busca de resolução dos problemas oriundos, das queixas e reclamações regionais, entretanto, seus esforços, são

sufocados ao vazio do plenário e os ecos de suas atividades permanecem confinados entre as quatro paredes desta Assembléia.

Daí, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em poucas palavras a justificativa plausível de nosso requerimento; é preciso que a clientela passe a ter conhecimento das atividades de seus representantes junto ao governo; como constituintes que são de nossos trabalhos, não podem permanecer alheio a nossa atividade de procuradores bastante para advogar as suas causas neste Parlamento.

A distribuição de 300 exemplares para cada Deputado, do "DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA", daria condições da divulgação dos trabalhos desenvolvidos por este Poder.

Espero merecer a aprovação do douto Plenário, assim com espero, ver com a aprovação deste requerimento o início de divulgação do Poder Legislativo do Estado do Paraná."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, quarto orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDO): "A imprensa paranaense vem noticiando que o Paraná terá de importar até o fim do ano, de outros Estados mais de oitenta milhões de cruzeiros de frutos cítricos, em consequência do cancro cítrico que se alastra em diferentes pontos de nosso Estado.

Acredita-se que a doença só será erradicada até 1979, no caso de se conseguir exterminar 7 milhões de plantas até o fim do ano.

Somente na região rica e fértil de Maringá devem ser erradicadas aproximadamente quinhentas mil árvores de frutas cítricas.

Não há dúvida que a medida é determinada por órgão competente.

Mas, imaginem, Srs. Deputados, a importância que têm os frutos e seus sucos na alimentação de nossa gente, muito embora com seus preços hoje quase proibitivos.

Os cítricos em geral, tais como laranja, tangerina, e limão, estão ameaçados de desaparecimento das mesas modestas, após terem atingido preços que se distanciam muito do poder aquisitivo do povo.

Existem leis federais que obrigam ao uso de sucos de frutas ao natural para os refrigerantes, medida benéfica, e que constitui, por si só, excelente mercado de consumo interno.

Entendemos, todavia, que se não forem tomadas medidas eficientes e rápidas, de incentivos ao produtor, os saborosos frutos podem faltar e continuaremos a seguir o caminho da importação dos citados frutos.

Há necessidade, portanto, de, em se pensando na preservação da saúde do povo, se plantar milhares e milhares de novas árvores frutíferas sob rigorosa orientação da Secretaria da Agricultura, mas que a par da técnica, e justificando o investimento de elementos técnicos, assegure ao produtor um preço que lhe cubra os esforços, que lhe remunere o trabalho.

Justo também que se lhe assegure incentivos financeiros, justamente com fixação de preço mínimo, por várias safras, com as majorações próprias aos reajustes temporários.

O povo do município de Guarapuava, está dando excelente demonstração de sua capacidade de produzir maçãs, fruta altamente apreciada, cuja qualidade está se impondo de tal forma que é possível, nos dias de hoje, contando com a produção do município catarinense de São Joaquim, já se pode pensar em termos de reduzir a nossa dependência, a nossa importação de maçãs da Califórnia ou da Argentina.

Fazemos, pois, desta Casa, o apelo para que aumentem os cuidados com as produções de frutas em geral, e o preço justo ao produtor e rigorosa fiscalização na sua comercialização, com o que o Paraná poderá ser autossuficiente, para todo

o seu consumo,— quando não atingir a condição de exportador para outros Estados, como já ocorre com o mamão.

Assim levaremos aos proprietários dos arvoredos cítricos, ameaçados de extinção, pela erradicação, a segurança de que os seus interesses pecuniários, ou econômicos, merecem ser resguardados."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o Governo Estadual e também o Governo Federal exortam à mocidade a aprimorar os seus conhecimentos, aconselham ao jovem brasileiro que estude, cada vez mais, nós nos deparamos com um problema na cidade de Paranaguá.

Na administração do Porto de Paranaguá existem quase duas dezenas de funcionários todos admitidos sob o regime da CLT, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, em Curitiba, estão cursando universidades que, evidentemente, Paranaguá não possui.

Cursos universitários que existem somente em Curitiba e que, para tanto, eles viajam diariamente no final do dia a Curitiba e retornam no último ônibus sem assistirem a última aula porque, se assistirem, perderiam a última condução que os levariam de volta à cidade de Paranaguá.

Estamos endereçando um apelo através de um requerimento ao Sr. Governador do Estado e para que ele mova gestões junto ao Sr. Secretário de Transportes, a fim de que se encontre uma solução, já que a legislação em vigor não permite que os funcionários regidos sob a forma CLT possam ser transferidos a Curitiba.

Se fosse possível, evidentemente, encontrar-se-ia a solução em que eles poderiam vir para a Secretaria de Transportes, já que o Porto está subordinado a esta Secretaria.

Mas, em função desta dificuldade, deste problema de ordem legal, estamos endereçando expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná e, tenho certeza, esta solução poderá ser encontrada.

Assim, o próprio Porto de Paranaguá poderia subsidiar em forma de bolsa, estes jovens que, com dificuldades, buscam um curso universitário com o compromisso deles.

E, depois de se formarem, prestarem serviços dentro de suas atividades, daquilo que estudaram em Curitiba nas faculdades, nas universidades, para que pudessem, em contra partida, prestarem benefícios com conhecimentos outros, já que no Porto de Paranaguá os funcionários com cursos universitários são poucos, são raríssimos.

O Porto de Paranaguá estaria assim, semeando hoje para colher amanhã, aprimorando os estudos dos seus funcionários, e, mais tarde, eles compensariam desta forma.

Era a nossa intenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã da última quarta-feira assistimos a notável comprovação da eficiente administração do Governo do Estado, quando, com a presença do Governador Jayme Canet Júnior, foram assinados mais 11 contratos, de dois convênios que estão sendo firmados, para prosseguimento do combate à erosão urbana, previsto no programa especial elaborado pelo Governo, com o propósito de contrapor, ao flagelo, medidas que conttenham o grande mal, com a rapidez necessária.

Na oportunidade tomamos conhecimento, através da

palavra do ilustre Secretário do Interior, que, na linguagem fria dos números são mais 99 milhões, 646 mil cruzeiros investidos em projetos de prevenção, drenagem, obras de extremidade e pavimentação, nos municípios de Arapongas, Nova Londrina, Tuneiras do Oeste, Terra Rica, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Porto Rico, Cruzeiro do Sul, Amaporã, Cianorte, Paranaity, além de obras complementares e pavimentação a serem aplicadas no município de Cianorte e obras de emergência em Araruna.

Verificamos também que assim, as atividades englobadas nos programas que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado do Paraná, com recursos também do Governo Federal, que, foram celebrados 99 convênios até esta data, para execução de 110 mil e 64 metros lineares de galerias de águas pluviais, com aplicação de materiais em volumes apreciáveis, tais como: 116 mil e trezentos e setenta e oito tubos de concreto vibrado, ao custo de 16 milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros; foram aplicados 4 milhões de cruzeiros em custeio de serviços mecanizados; foram executados 646 mil metros quadrados de ruas asfaltadas; toda essa atividade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somou o investimento global de 141 milhões, seiscentos mil cruzeiros de verbas estaduais e federais, além de outros 150 milhões de cruzeiros aplicados pelos municípios nos últimos 2 anos, em que foram incorporados como pré-investimento.

Assim, ao valor de 99 milhões e seiscentos mil cruzeiros dos contratos e convênios que foram assinados na última quarta-feira, somam-se o total de um bilhão e 71 milhões já contratados, o que eleva o compromisso financeiro para prevenir e combater os malefícios da erosão urbana, ao total de 1 bilhão, cento e setenta e um milhões de cruzeiros.

Diante deste quadro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representante de um dos municípios beneficiados, o município de Tuneiras do Oeste, desejo, desta tribuna, cumprimentar os responsáveis por este magnífico trabalho que está sendo desenvolvido no controle da erosão urbana, e especialmente o Governador Jayme Canet Júnior que tem dinamizado realmente a estrutura do Governo Estadual, com vistas ao atendimento das necessidades dos municípios não apenas situados na região Noroeste do Estado, mas, aos municípios paranaenses de um modo geral.

Era só, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Edilson Alencar. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, havia solicitado minha inscrição para amanhã. De modo que, requeiro a V. Exa. que faça o registro para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado NILSO SQUAREZI. (Pausa). Não se encontrando presente, gostaria de consultar à Liderança do MDB, se deseja utilizar o horário que lhe é reservado. (Pausa). Havendo declinado, consultaria o Sr. Líder da ARENA, se deseja utilizar o horário que lhe é destinado. (Pausa). Declina.

O SR. PRESIDENTE (IVO THOMAZONI) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 153/75, de auto-

ria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER a conservação e melhoria da estrada GUARANIAÇU — ALTAMIRA. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., e CF., por maioria e FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade.— APROVADO.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 75/73, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que atribui à Comissão Técnica competente da Assembléia Legislativa, incumbir o Tribunal de Contas realizar vistorias ou auditorias ordinárias em quaisquer órgãos administrativos, assim como nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista com finalidades que especifica. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI NÚMERO 75/73.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Primeiro — A Comissão Técnica competente da Assembléia Legislativa, poderá incumbir o Tribunal de Contas da realização de vistorias e ou auditorias ordinárias em quaisquer órgãos ou entidades administrativas, assim como nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, com o fim exclusivo de proceder à fiscalização da gestão financeira e orçamentária das administradoras e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Artigo Segundo — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1973.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

JUSTIFICATIVA:

A matéria constante do projeto já obteve a anuência deste Poder, quando tramitou por aqui o Projeto de Lei 57/72.

O mesmo, porém, não ocorreu no Executivo, que vetou o Art. segundo, da citada proposição, sob a alegação de “não ser aconselhável transferir às Comissões Técnicas da Assembléia atribuições que, por força de preceitos constitucionais, são da competência do Poder Legislativo”.

Talvez com excesso de zelo, preocupou-se o Executivo, além disso, em evitar “contradições ou divergências entre as próprias Comissões Técnicas desta augusta Casa, causando dificuldades ao Poder Legislativo no exercício de sua ação fiscalizadora” (trechos da Mensagem que encaminhou o veto a este Poder).

Quanto à primeira razão do veto, diga-se que ela não consegue convencer diante dos argumentos expostos no projeto original (cópia anexa).

Em relação à segunda, convém reconhecer que, de certo modo, a cautela do Executivo é procedente.

Por esse motivo, ao renovarmos a matéria cuidamos de acatar o reparo que fundamentou o veto, por isso que conferimos, não às Comissões Técnicas, como dispunha o texto do projeto original, mas a uma determinada Comissão Técnica, as prerrogativas estabelecidas nas disposições do presente projeto de lei.

Com tais alterações, inexistirão objeções de parte do Executivo e a matéria passará a integrar a estrutura fiscalizadora, consubstanciada na Lei 6315, de 24 de agosto de 1972, restaurando-lhe a inteireza.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 75/73

PARECER

O ilustre Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, pretende assegurar a possibilidade de vistorias ou auditorias ordiná-

rias em quaisquer órgãos ou entidades administrativas, assim como nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a serem realizadas pelo Tribunal de Contas, mediante incumbências específicas, a ele conferidas, por uma Comissão Técnica do Poder Legislativo.

Concretamente, o fim colimado pelo projeto é a criação de um sistema fiscalizador da administração financeira do Estado, tanto dos órgãos da administração direta como da administração desconcentrada, por intermédio do agente auxiliar do Poder Legislativo, que é a Corte de Contas.

Aliás, é essa, tanto histórica como institucionalmente, uma das tarefas principais das Câmaras de representantes populares.

Está nas raízes do Legislativo, enquanto portador da delegação coletiva, o sentido fiscalizador de sua ação, voltada para o emprego e a aplicação dos dinheiros públicos.

Agora, em consequência das transformações do Estado, impostas pela mutação social, a ação do Poder Público se bifurca em duas ordens administrativas distintas: a tradicional e a indireta, constituída por empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista, fundações, etc.

E sobre esta também se faz necessária a incidência do procedimento fiscalizatório do Poder Legislativo, não apenas porque opera com dinheiro público e gerencia bens da coletividade, mas também por força dos elevados montantes desses valores e magnitude dos patrimônios.

Não é outra a finalidade do mandamento contido no art. 39, da Constituição do Estado, "in verbis";

"A fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por Lei."

Referido dispositivo é complementado pelo § 2o. do mesmo artigo, quando credencia o Tribunal de Contas como auxiliar do Poder Legislativo no julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Fundada em tal atendimento, esta Casa aprovou o dispositivo no projeto em exame, na oportunidade em que deliberou sobre o Projeto de Lei 57/72, de autoria do nobre Deputado LUIZ ROBERTO SOARES.

Conseqüentemente, nada resta a fazer, no caso se não reafirmar a posição anterior, firmada perante a matéria.

Diga-se de passagem que o projeto acolhe as objeções levantadas pelo Executivo, nas razões do veto ao art. 2o., do projeto acima citado, no sentido não apenas de melhorar o seu teor, quanto de eliminar quaisquer pontos de atrito com aquele Poder, em torno de questão de magna relevância.

Nessas condições, superando o obstáculo justificativo do veto, objetiva o projeto a dotar a estrutura estatal de um precioso instrumento auto-preservativo.

De sorte que, assim procedendo, o nobre autor assegurou à sua oportuna iniciativa a acolhida geral, que representa um marco decisivo na atualização e modernização das relações político-institucionais do Executivo com o Legislativo.

Ela está amparada em permissivos constitucionais antes mencionados e, para atender ao disposto no § 3o., do art. 30, da Constituição Estadual, é formalizada com a adesão da maioria absoluta dos membros desta Assembléia.

O projeto preenche todos os requisitos exigidos pelo Regimento Interno.

O parecer, afinal, é pela aprovação do Projeto de Lei número 75/73.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(aa) ANTÔNIO COSTA, Presidente; OVÍDIO FRANZONI, Relator.

Sobre o referido projeto de lei foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, no

seguinte teor: (LÊ):
"Senhor Presidente.

Autor do Projeto de Lei número 75/73, constante da Ordem do Dia, verifiquei que, após sua apresentação, a matéria que versa foi objeto de Lei Federal aprovada e em vigor.

Para permitir cotejar o conteúdo do projeto em exame com o teor da lei federal pertinente, propondo à consideração do Plenário o adiamento, por 20 (vinte) sessões do Projeto de Lei número 75/73.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES."

Em votação o requerimento — APROVADO.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 86/76, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pirai do Sul, imóvel que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ. CF. e COPTC, por unanimidade.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 86/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

ARTIGO PRIMEIRO — fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pirai do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, situado à rua Bernardo Barbosa Milleo, número 448, na sede daquele município.

ARTIGO SEGUNDO — A doação do imóvel referido no Art. 1o. da presente Lei, registrado sob o no. 3—F, das fls 10 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul, constituído de terreno e prédio, onde atualmente funciona o Hospital e Maternidade Santo Antônio, cuja Associação de Proteção à Maternidade e à Infância é a mantenedora, fica condicionada às cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

ARTIGO TERCEIRO — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA:

A correspondência recebida da Presidência da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pirai do Sul, que anexamos ao presente, retratam a justeza de tal proposição, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

1. A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Pirai do Sul, acha-se legalmente constituída conforme Registro no Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Pirai do Sul sob no. 03, fls 05 (DOC. 3), e é atualmente mantenedora desde outubro de 1969, do Hospital e Maternidade Santo Antônio situado na mesma cidade, à rua Bernardo Barbosa Milleo 448; (DOC. 4);

2. Tal Hospital está devidamente Registrado na Divisão de Organização e Administração Hospitalar da Secretaria de Saúde Pública do Estado, sob co. 448, desde 17 de maio de 1967 (DOC. 5), bem como legalizado perante a Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, pelo Alvará de Licença no. 717 (DOC.6);

3. O Nosocômio em pauta, vem funcionando ininterruptamente, desde a data de sua fundação, possuindo atualmente CLÍNICA MÉDICA / CIRURGIA / OBSTÉTRICA / PEDIÁTRICA, estando aparelhado de tal maneira a atender a atual demanda, possuindo inclusive serviços de Raios X e 36 leitos para pacientes internados (DOC. 7);

4. O Corpo Clínico do Hospital é formado pelos Srs. Drs. ELIAS AVAIS NETTO crm 414/Diretor Clínico), JORGE ELIZARIO MIGUEL, crm 2068/Pr.; E MARIO JOSÉ AVAIS DE MELLO, crm 2504/Pr, todos profissionais de ilibado

conceito e inegável capacidade técnica, como é do conhecimento de V. Exa. (DOC. 08);

5. Ocorre que o prédio em que funciona o Hospital, é de propriedade do Governo do Estado do Paraná, por força da Escritura Pública de Venda e Compra, transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Pirai do Sul, sob o número 3511, fls. 10 do livro 3/F, em data de 20/10/1961 (DOC. 9);

6. Destarte, vem o Hospital e Maternidade Santo Antonio de Pirai do Sul, funcionando sob a mantença da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância desta cidade, em prédio pertencente ao Governo do Paraná;

7. Na verdade tal ocupação deu-se por empréstimo de fato, pois tal ato não se revestiu das formalidades legais e necessárias, mas consumou-se por mera liberalidade do então Governador, e atual Ministro Ney Amintas de Barros Braga, o qual, inclusive, por ocasião da inauguração do Hospital, pronunciou-se favoravelmente à doação do prédio à APMI de Pirai do Sul;

8. Entretanto, com o passar dos anos, e a sucessiva e natural mudança de governadores, tal doação jamais chegou a concretizar-se, e nem sequer foi formalizado o empréstimo gerado, precário que é, atualmente, a atender grande número de pessoas, constituindo-se em empreendimento de verdadeira utilidade pública, e necessário à comunidade piraiense, pelos serviços que já tem prestado e bem ainda porque é o único Hospital de Pirai do Sul;

9. A atual diretoria da APMI de Pirai do Sul, está empenhada em conseguir regularizar tal situação precária, junto ao Executivo Estadual.

10. Em recente encontro de membros da Diretoria da Associação com o Exmo. Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, este mostrou-se disposto a efetuar tal doação, desde que legal e devidamente autorizado pelo Poder Legislativo do Estado.

11. Assim, novamente, afigura-se a oportunidade, que gostaríamos de não desperdiçar, para legalizarmos e enraizarmos definitivamente o Hospital e Maternidade Santo Antônio em Pirai do Sul;

Assim apresentamos o presente plano de Lei que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Número 86/76

1. O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado David Federmann, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Pirai do Sul, o imóvel situado naquela cidade à rua Bernardo Barbosa Milleo, 448, onde atualmente funciona o Hospital e Maternidade Santo Antônio, que é mantido pela referida Associação.

2. A justificação que acompanha o projeto em exame, nos convence plenamente de conveniência e oportunidade da medida pleiteada, principalmente por se tratar de uma entidade que já se encontra de posse do imóvel que está servindo aos objetivos da mesma, e ainda, servindo desinteressadamente à coletividade, não distribui lucros ou dividendos de qualquer espécie e nem remunerando os membros de sua Diretoria.

3. Nestas condições, o nosso parecer é pela aprovação do projeto que não fere qualquer disposição constitucional ou legal.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei número 86/76

Pretende o ilustre Deputado David Federmann autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Pirai do Sul, o imóvel situado à rua Bernardo Barbosa Milleo, número 448, onde funciona o Hospital e Maternidade Santo Antônio que é mantido pela Associação e nada

mais justo e objetivo do que o proposto.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Luiz Carlos Zuk, Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei número 86/76

O projeto de lei submetido à apreciação desta Comissão, se refere à doação de imóvel de propriedade do Estado, constituído de terreno e prédio, situado à rua Bernardo Barbosa Milleo número 448, na sede do Município de Pirai do Sul.

A doação será feita a favor da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PIRAI DO SUL, que, regularmente registrada, vem usando por empréstimo, há muitos anos, o citado imóvel, no atendimento do povo daquela localidade, por sinal, o único Hospital lá existente.

Acresce destacar-se do projeto que, a doação será procedida através de garantias reais definidas — a inalienabilidade e impenhorabilidade, que assegurarão a continuidade da manutenção do hospital em referência, em funcionamento.

As Comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças e Orçamentos, se pronunciaram favoravelmente à doação.

Este, também, Senhores Deputados, é o nosso entendimento, pois consolidará a manutenção da necessária assistência médica a que fazem jus nossos conterrâneos de Pirai do Sul.

Assim, em face do exposto, opinamos pela aprovação do citado ante-projeto.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1976.

(aa) Alfredo Gulin, Presidente; Fuad Nacli, Relator

O SR. PRESIDENTE — (IVO THOMAZONI) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando ampla divulgação e aumento de tiragem do Diário da Assembléia. — À CONSIDERAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Henrique Guelere, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Pioli, ex-Prefeito Municipal de Rio Branco do sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações à Federação das Entidades Árabe-Brasileiras do Paraná e Consulado da República Árabe Síria, bem como ao Clube Sírio-Libanês, pela realização nos salões deste Clube, da Primeira MAZA ÁRABE. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar gestões ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o encontro de solução satisfatória que favoreça a formação superior de mais de uma dezena de jovens, contratados pelo regime da CLT, e que prestam serviços à administração do Porto de Paranaguá. — APROVADO.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias, da Banca do MDB, na Câmara Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 86/76.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 54/75 e 105/76.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS

PORTARIA NÚMERO 213/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2288, de 29 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula número 344 ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 214/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2367, de 30 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, o item I da Portaria número 54/75, que designou RICARDO SABOIA KHURY, matrícula número 107, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento na Primeira Vice-Presidência; e, II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 215/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2404, de 31 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária OCIREMA STAMM BELLÉ, matrícula número 440, ocupante do cargo de nível PL "26", da série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 216/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2497, de 01 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário GIOACCHINO SUGAMOSTO, matrícula número 549, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 04 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 217/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2065, de 24 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula número 089, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Clas-

ses de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da Arena, junto ao Gabinete do Deputado David Federmann.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 218/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1566, de 16 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o item I da Portaria número 154/75, que designou o funcionário LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da Arena, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira; e,

II — revogar o item I da Portaria número 248/75, que designou o funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, para prestar serviços na Liderança da Arena, junto ao Gabinete do Deputado Jurandir Messias.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 219/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1566, de 15 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 221/75, que designou o funcionário WILFRIED KOESTER, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Geral; e,

II — designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Gabinete da Primeira Vice-Presidência, como Motorista.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 220/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1566, de 16 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 221/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2778, de 11 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula número 036, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar assessoramento dentro das funções de seu cargo efetivo, junto ao Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 222/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2787, de 11 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula número 036, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 223/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2331, de 30 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestarem serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação da Liderança do MDB, a partir de 01 de abril de 1977:

IRACILDA SILVA SERTÓRIO — Mat. 247

JUDETH SCHOLTZ — Mat. 463

LENY SABÓIA — Mat. 127

ERNESTO PERACETA — Mat. 548

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 224/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2675, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário RICARDO SABOIA KHURY, matrícula número 107, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 225/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2366, de 31 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar, a funcionária CARMEN APARECIDA FREGONEZE, matrícula número 098, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA 226/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2617, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, CARLOS PERTEL, ocupante do cargo de Assessor, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174

de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 227/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2618, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestarem serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Segunda Secretaria, a partir de 01 de abril de 1977.

PAULO DO CANTO PACHECO — Chefe de Gabinete

JOSÉ ROSA FILHO — Mat. 340

ALEXANDRE RADICHEWSKI — Mat. 388

IZAURA BUENO — Mat. 204

GLACY BELICH — Mat. 154

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 228/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2648, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar a funcionária ALÉLI DOS SANTOS, matrícula número 474, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Francisco Escorsin, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 229/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2640, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, SEBASTIÃO LUIZ GONZAGA, ocupante do cargo de Assessor, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 230/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar o funcionário ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula número 055, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, durante o mês de abril do corrente, na conformidade do disposto pelo Art.

176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, por estar integrando a Comissão de Sindicância, designada pela Portaria número 114/77, de 14 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 231/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

autorizar, Nanci Terezinha Kotelak, ocupante do cargo em Comissão, de Chefe de Gabinete da Presidência, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 25 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 232/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2402, de 31 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestarem serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Accioly Neto, a partir de 01 de abril de 1977.

MARINA CUNHA MARTINS — Mat. 597

MARIA HERCILIA CAMARA CONTER — Mat. 426

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 233/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2704, de 05 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestarem serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, a partir de 01 de abril de 1977:

IRACI DA SILVA RUDNIK — Mat. 203

IZABEL DE FREITAS — Mat. 534

MARIA ALEXANDRINA PONCIO — Mat. 215

CASEMIRO MARQUES — Mat. 529

ALCIDES ZONATTO — Mat. 526

MARIA DO RÓCIO MEDEIROS WITOLAWSKI — Mat. 425

ETHEL DE PINHO NEVES — Mat. 244

ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ — Mat. 171

MARLENE DE BRITO PERRONE — Mat. 222

SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE — Mat. 405

LIDIA MUCHINSKI — Mat. 487

MADONA SANTOS SEDILHA LOYOLA — Mat. 214

JULIA JOLINSKI DE PAULA — Mat. 560

FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI — Mat. 516

ANGELINA GARCIA PACHECO — Mat. 183

LUIZ AUGUSTO CANTADOR — Mat. 507

MARIO AUGUSTO GUERRA — Mat. 170

OSVALDO FARIA — Mat. 345

NELSON FERREIRA DE ARAUJO FILHO — Mat. 251

JOSÉ CHECHELISKI — Mat. 333

JOÃO FARINHAK — Mat. 210

MARIA DOLORES TULIO BARVIK — Mat. 218

ARZEMIRO ARTIGAS — Mat. 381

JOÃO ANDRÉ CLELE — Mat. 567

ROSALINA PEREIRA SANTIN — Mat. 224

CENIRA DOS SANTOS FREITAS — Mat. 194

JOSINA PEREIRA JANJÃO — Mat. 157

JACYRA MACHADO BINI — Mat. 208

IZAIR PEREIRA FLORES — Mat. 206

NADIR DE OLIVEIRA SANTOS — Mat. 540

MARLENE PERRY GONÇALVES — Mat. 158

MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES — Mat. 538

MARIA LIDIA RATZKI — Mat. 539

MARIA NEIDE BOZA STIVAL — Mat. 221

ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES — Mat. 189

JOANA DE LIMA — Mat. 558

ROSÁRIA CARDOSO DE LIMA — Mat. 225

LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO — Mat. 212

JOANA MACIEL FARIA — Mat. 156

HUGO GABARDO — Mat. 527

FLORIPES ALVES BOSCHI — Mat. 197

HILZA DOS SANTOS LOPES — Mat. 200

GENIR DOS SANTOS FERNANDES — Mat. 199

JAIR DALAGASSA — Mat. 075

JOSÉ DA TRINDADE — Mat. 503

NOIR PACHECO — Mat. 482

FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO — Mat. 198

HONÓRIA CORDEIRO — Mat. 201

BRIGIDA LOBO KOLAROVICS — Mat. 556

BERTOLDO SCHWARZBACH — Mat. 306

NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO — Mat. 544

IVETE HENEQUEM DRANKA — Mat. 155

MARIA DE LOURDES SANTOS — Mat. 561

IZABEL SANTO ALAYA LAMOUR — Mat. 533

ISOLLA GLISTAU BARRICHELLO — Mat. 287

ELIAS PEREIRA — Mat. 417

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES — Mat. 217

ARMANDO SOICHI IWAIA — Mat. 142

MAXIMINIO CARDOSO — Mat. 573

GIOACHINO SUGAMOSTO — Mat. 549

RUBENS DAMAS — Mat. 371

LUIZ LIMA — Mat. 504

SILVIA PEIXOTO GRANADO — Mat. 227

MARIA MOREIRA MACENO — Mat. 220

ZENAIDE SILVA FILPO — Mat. 410

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 234/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2838, de 11 de abril de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar a funcionária NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula número 343, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Legislativo, a partir de 01 de abril de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral